

Câmara aprova diretrizes orçamentárias de 2027

EM SÃO CAETANO

Câmara aprova diretrizes orçamentárias de 2027

Peça é estruturada em receitas estimadas de R\$ 2,81 bi; segurança e saúde têm incremento

WILSON GUARDIA
wilsonguardia@dgabc.com.br

A Câmara de São Caetano aprovou na sessão de ontem, em primeira votação, a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para 2027 elaborada pela gestão do prefeito Tite Campanella (Republicanos). A peça, que propõe o direcionamento dos recursos arrecadados pelo município para cada um dos setores da administração pública, tem receita estimada de R\$ 2.813.374.000, alta de 3,43% em relação a deste ano, de R\$ 2.720.000.000.

Em plenário, o texto recebeu 17 votos pela aprovação, dos 20 possíveis. Carlos Humberto Seraphim, o Dr. Seraphim (PL), na condição de presidente do Parlamento, não votou. Os opositores Getúlio de Carvalho Filho, o Getulinho (União Brasil), e Bruna Biondi (Pso) votaram contrariamente à proposta. O vereador Beto Vidoski (PRD) está licenciado e, por isso, seu nome não constava no painel eletrônico.

Na proposição, o governo Tite Campanella prevê para o ano quem vem incremento de

recursos para ao menos três secretarias, consideradas o tripé do governo: Educação, deve ter R\$ 656.303.202; a Saúde, R\$ 678.837.678 e Segurança, R\$ 26.470.400. Com as projeções do governo, as Pastas podem ter alta de receita de 7,34%, 29,99% e 37,96%, respectivamente, em relação ao ano de 2026.

A oposição chegou a fazer críticas sobre o remanejamento de recursos de uma área para outra, caso da Contid (Coordenadoria Municipal da Terceira Idade).

Todavia, o vereador governista Welbe Macedo (PSB) destacou que o setor é atrelado à Secretaria de Saúde. "A maioria dos projetos (da Con-

tid) são desenvolvidos em parceria com outras Pastas, como a de Esporte, no caso das competições, e de Cultura, para oficinas. Então, é importante entender essa divisão, que o funcionamento está inserido no orçamento de outras secretarias", destacou.

Já o líder de governo, vereador César Oliva (PSD), afirmou que o gestor tem de avaliar quais setores devem ser priorizados após escutas públicas, pesquisas e áreas técnicas. "De uma forma geral, há prioridades que fazem subir um pouco esse valor por secretaria, ou você economiza um pouco em outra, porque o coberter é o mesmo. Então, esse dinheiro tem de sair de algum lugar. Não é mágica. É assim que um gestor com responsabilidade faz", pontuou.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias ainda passará por segunda rodada de votação. Na ocasião, os vereadores devem apresentar emendas ao projeto original.



PLACAR. Painel mostra resultado da votação em primeiro turno

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política/Regional Página: 4